
PROJETO BÁSICO**Anexo da CI número 729/2021 – Diretoria de Obras****SOLICITAÇÃO Nº: 1901****CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS DE RESTAURAÇÃO DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO****1. Objeto**

Contratação de empresa de Engenharia para a realização da obra: OBRAS CIVIS DE RESTAURAÇÃO DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, com recursos próprios do Município, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra, conforme relação constante deste projeto básico, com fornecimento de materiais, equipamentos necessários e mão de obra.

O presente Projeto Básico tem por objetivo, definir os critérios e as condições técnicas para a contratação de empresa de serviços especializados para execução da obra supracitada.

Integram este estudo, como se dele fizessem parte, todos os elementos técnicos indispensáveis à caracterização do objeto, como projetos, memorial descritivo, planilhas e cronograma físico financeiro da obra.

2. Fundamentação do Processo

A Capela de Nossa Senhora do Rosário foi erguida na primeira metade do século XIX, provavelmente por negros devotos, que não podiam frequentar as mesmas igrejas dos brancos. A Capela possui um estilo arquitetônico que remete ao século XVIII, sendo também um local de referência fundamental para as comemorações em torno da devoção a Nossa Senhora do Rosário.

A devoção a Nossa Senhora do Rosário é uma das mais importantes manifestações da cultura imaterial, que remontam ao período colonial, presente em muitas localidades de Minas Gerais.

Durante o século XX, o reconhecimento da importância da capela uniu um grupo de fiéis na organização de uma série de reformas na edificação, tais como reparos na parede, telhado, pintura no forro da nave e mesa do altar, troca do piso do altar e do assoalho, dentre outras. Vale destacar que tais intervenções foram feitas por iniciativa da própria comunidade, sem o apoio técnico de um profissional especialista em restauração de edificações históricas, o que explica a descaracterização da capela em alguns aspectos e o problema da desestabilização estrutural, que começou a ficar evidente a partir dos primeiros anos do século XXI.

Em 21 de março de 2001, o Conselho Municipal de Cultura e Patrimônio Histórico deliberou o tombamento da capela, que passou a ser oficialmente patrimônio histórico e cultural do município. A partir de então os conselheiros passaram a acompanhar com mais atenção e a notificar os responsáveis sobre as necessidades de reparo na capela.

Em 2003, o Corpo de Bombeiros realizou uma vistoria em que ficou constatada a inexistência de Projeto de Combate e Prevenção a Incêndio, além da ausência de extintores de incêndio. Em 2004, a promotoria de Justiça entrou com um novo pedido para a realização de vistoria na capela, tendo em vista que as recomendações solicitadas pelo Corpo de Bombeiros no ano anterior não foram atendidas. Diante do péssimo estado de conservação da capela, os responsáveis foram notificados pelo Ministério Público a comparecerem a uma audiência para a realização de um Termo de Ajustamento de Conduta visando colocar fim às irregularidades apontadas no relatório do Corpo de Bombeiros.

Em 2005, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público e a Prefeitura para que essa executasse as recomendações contidas no relatório apresentado pelos técnicos do Ministério Público. A Prefeitura se comprometeu a apresentar um projeto de recuperação da capela em um prazo de 60 dias. Nesta mesma época foram realizados reparos no telhado da edificação, obra que foi realizada sob a orientação do laudo técnico feito pelo engenheiro Demóstenes Sales.

Em 2010, a extinta Secretaria Municipal de Cultura contratou uma empresa para a realização de um anteprojeto de restauração da capela, que dividiu o restauro em três etapas: na primeira etapa seria feita a estabilização estrutural, na segunda a restauração arquitetônica e na terceira a restauração artística. Além do abalo estrutural, foram constatados outros danos, tais como problemas na parte elétrica (risco de incêndio), risco de queda do cruzeiro, presença de insetos xilófagos nas madeiras, além da descaracterização do telhado.

A primeira etapa foi executada pela Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP). As obras foram finalizadas em 2014 completando a primeira etapa da restauração, ou seja, a restauração estrutural. Nesta etapa foram trocadas fundações comprometidas, parte da estrutura de madeira que se encontrava deteriorada, algumas alvenarias e toda a estrutura do telhado.

Em 2016, o município recebeu um ultimato da Justiça, intimando-o a contratar uma empresa especializada para finalizar a restauração completa da capela. Em 2018, a Mitra Arquidiocesana entrou com um pedido judicial para iniciar a execução de reformas que possibilitassem a abertura da capela para a realização de missas e o resgate das festividades que eram feitas no interior dessa. O pedido da Mitra foi atendido pela juíza, que determinou a execução de um laudo da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros no intuito de verificar as condições para a reabertura da capela. Foi determinado também que o município executasse a contenção do "muro de arrimo" localizado na lateral que dá para a rua, apontado pela Defesa Civil como elemento desestabilizador da capela, e a revisão na parte elétrica. O laudo apontou risco médio de queda da edificação. Vale destacar que após o término das obras de estabilização, a FAOP recomendou, em seu relatório de execução de obras, que o tráfego de veículos pesados fosse restringido nas imediações da capela, recomendação que não foi seguida.

Determinado pela juíza como pré-requisito para a reabertura da edificação, a Mitra, com recursos próprios, realizou a restauração das esquadrias e pintura geral da capela.

Com recursos da Prefeitura, a Diretoria de Obras efetuou o escoramento do muro de arrimo, a Diretoria Municipal de Turismo e Cultura realizou o projeto da parte elétrica e com o recurso do FUMPAC (Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural), por meio depósito judicial, a Mitra fez a contratação da obra de execução do projeto elétrico e SPDA (sistema de proteção contra descargas atmosféricas).

Posteriormente, a Mitra executou utilizando seus recursos técnicos e financeiros a restauração artística do altar.

Entre 2019 e 2020, a Prefeitura contratou e entregou o projeto de drenagem e restauração do muro de arrimo. No entanto, a obra ainda não foi executada.

No último depósito judicial, resultado do acordo entre a Prefeitura, a Mitra e o Ministério Público, estava previsto: a descupinização, a restauração do forro, do piso tábuas corridas e do arco cruzeiro. Contudo, a MM. Juíza suspendeu o acordo, cancelou o alvará de levantamento do depósito e determinou à Prefeitura o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que prevê a reforma da capela, a instalação elétrica e a implantação de sistema de combate a incêndio.

Diante da ordem judicial, em 2020 contratou-se a empresa especializada *Consórcio Opus Projetos* para a elaboração do projeto executivo de restauração arquitetônica e artística da Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Neste momento, faz-se necessário a contratação de empresas especializadas para realizarem as obras de restauração.

É importante salientar que a necessidade de restauro e preservação da Capela de Nossa Senhora do Rosário vai além de uma imposição judicial, pois uma vez sendo patrimônio cultural de Lagoa Santa, a sua existência está relacionada com a história e a memória dos cidadãos lagoassantenses. Neste sentido, a restauração é imprescindível para a manutenção da memória, da identidade e das relações sociais e afetivas dos cidadãos de Lagoa Santa com a história e vivências da cidade.

Ademais, a restauração da Capela de Nossa Senhora do Rosário proporcionará a conservação e a completa salvaguarda do bem, que resultará em uma série de benefícios à população em geral, promovendo a continuidade da memória, a promoção cultural e o desenvolvimento turístico e social de Lagoa Santa e região.

3. Localização da Obra

RUA DO ROSÁRIO COM RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA - BAIRRO: CENTRO - MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA

4. Garantia dos Serviços

Executar os serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT, cadernos de encargos da SUDECAP, SINAP e SETOP. Garantia de todas as informações levantadas e documentadas sobre os serviços executados, sendo a CONTRATADA passível ser responsabilizada civil e penalmente por eventuais danos causados que ocorrerem a terceiros quando na execução dos serviços ocorrer culpa ou dolo na conduta dos seus subordinados inerentes aos serviços prestados.

5. Responsabilidades da Contratada

5.1. Executar os serviços de acordo com as normas técnicas da ABNT, cadernos de encargos da SINAPI, SUDECAP, SETOP com fornecimento de material, EPI's, equipamentos e mão de obra em conformidade com as obrigações dispostas no contrato e memorial descritivo de execução.

5.2. A empresa vencedora fornecerá a Anotação de Responsabilidade Técnica devidamente quitada e assinada pelo engenheiro responsável pela execução das obras, de acordo com a legislação do CREA e demais cabíveis.

5.3. Os equipamentos a serem utilizados deverão ser de propriedade e/ou de responsabilidade da contratada.

5.4. Os serviços deverão ser supervisionados por engenheiro habilitado.

5.5. Qualquer alteração ou melhoria para a boa construção deverá ser apresentada à Diretoria de Obras para devida aprovação e anuência.

5.6. A CONTRATADA deverá apresentar garantia da proposta e do contrato, nas características adotadas pela CPL, sempre das formas legais possíveis e dentro do limite previsto na lei 8666/93.

5.7. Manter os seus empregados, quando em serviço, utilizando todos os equipamentos de proteção individual (EPI) na realização das atividades que assim os exijam, observando aos requisitos legais pertinentes, ficando a Contratante e seus prepostos isentos de qualquer responsabilidade com relação a eventuais acidentes de trabalho decorrentes do serviço prestado, sejam eles de naturezas civil ou criminal, e mantendo-os devidamente uniformizados (**modelo da PMLS**) e com crachá de identificação, observando as regras de segurança, higiene e apresentação pessoal.

5.8. Substituir qualquer empregado, preposto e/ou subcontratado que a CONTRATANTE, a seu exclusivo critério, julgar inapto, não-qualificado ou prejudicial ao FORNECIMENTO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da simples solicitação que a CONTRATANTE lhe fizer nesse sentido, ou imediatamente após a ocorrência de fato grave, de ordem moral e/ou disciplinar, garantindo a mesma perfeição técnica;

5.9. Assegurar, durante a execução, a proteção e conservação dos serviços prestados;

5.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no todo ou em parte, objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorporações resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;

5.11. Permitir e facilitar à Fiscalização ou Supervisão do Município a inspeção da obra, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;

5.12. Participar à Fiscalização ou Supervisão do Município a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma, indicando as medidas para corrigir a situação;

5.13. Responder por danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;

5.14. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.15. Contratar e manter na obra, durante a vigência do contrato de execução de obras, Seguro de Risco de Engenharia com Cobertura de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada,

que confira proteção ao edifício em obras no que tange a incêndios, desmoronamentos, furto ou roubo de bens móveis e danos causados a bens integrados.

5.16. Ter pleno conhecimento das condições locais onde serão executados os serviços contratados;

5.17. Apresentar no ato da assinatura do contrato o Seguro de Risco de Engenharia com Cobertura de Responsabilidade Civil Geral e Cruzada como condição prévia para emissão da Ordem de Serviço (OS).

5.18. A CONTRATADA deverá fornecer no final da obra o projeto "como construído" ("as built") que será analisado e se for necessário será feito por meio de aditivo contratual;

6. Obrigações da Contratante

6.1. A contratante fornecerá o desenho técnico, com todos os elementos técnicos necessários para a execução da obra.

6.2. Facilitará por todos os meios o exercício das funções da contratada, fornecendo informações técnicas bem como esclarecimento por parte da equipe de engenharia e da SDU a eventuais observações que se fizerem necessário.

6.3. Fiscalizará o andamento da obra através dos profissionais da Diretoria de Obras, avaliando quaisquer problemas ou irregularidades encontradas.

7. Qualificações da Empresa

7.1 Qualificações Técnicas

As pessoas jurídicas interessadas em participar da licitação deverão apresentar, por ocasião da habilitação, além da documentação relativa à habilitação jurídica, os seguintes elementos comprobatórios de qualificação técnica:

a) Registro ou inscrição no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da empresa licitante e do(a) arquiteto(a) e engenheiro(a) civil, da região a que estiverem vinculados.

b) Pelo menos 01 (um) atestado e/ou certidão em nome do(a) Arquiteto(a) que será responsável pela coordenação da ação, que comprove sua experiência na execução de OBRA de Restauração em edificação protegida isoladamente por tombamento municipal, com área de projeção equivalente a **144,52 m²**; fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado, de modo a compô-lo, de Anotação de Responsabilidade Técnica/CREA, da obra/serviço a que se refere o mesmo e/ou certidão emitida pelo CAU ou CREA que comprove a sua execução.

c) Pelo menos 01(um) atestado e/ou certidão em nome do(a) Engenheiro(a) Civil, responsável técnico, que comprove sua experiência na execução de OBRA de Restauração em edificação protegida isoladamente por tombamento municipal, com área de projeção equivalente a **144,52 m²**; fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado, de modo a compô-lo, de Anotação de Responsabilidade Técnica/CREA, da obra/serviço a que se refere o mesmo e/ou certidão emitida pelo CAU ou CREA que comprove a sua execução.

d) Os atestados/certidões elencados nos itens b), c) deverão comprovar a aptidão dos profissionais para desempenho dos serviços e ser visados por órgão oficial de preservação. Entende-se por órgão oficial de preservação o IPHAN, que comprovem habilitação para execução de obras em monumento tombado isoladamente a nível municipal.

e) Os profissionais elencados nos itens b) e c) deverão pertencer ao quadro permanente da empresa ou manter vínculo de prestação de serviço, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Projeto Básico, sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante ou a apresentação de Carta de Compromisso para execução dos serviços. Quando o responsável técnico se tratar de dirigente ou sócio da empresa contratada, a comprovação do vínculo empregatício será realizada mediante a apresentação de cópia do ato constitutivo da empresa ou certidão do CREA/CAU devidamente atualizados.

Para fins comprobatórios de vinculações profissionais:

e.1) A comprovação de vinculação do profissional deverá atender os seguintes requisitos:

- e.1.1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou, ainda, cópia Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- e.1.2) Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
- e.1.3) Diretor/Administrador: Cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia de ata de eleição devidamente publicada a imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- e.1.4) Contrato de prestação de serviços com o profissional.

f) Declaração, emitida pelo Prestador de Serviços, de que concorda com a indicação e possui disponibilidade para exercer a função de responsável técnico da obra, caso a empresa seja vencedora;

g) Declaração da licitante participante, por seu representante legal, contendo compromisso de manter, na condução dos serviços e obras, o profissional cuja qualificação tenha atendido a vinculação requerida, acompanhada da correspondente declaração de aceitação do respectivo profissional.

Os atestados apresentados deverão ser de obras concluídas, registrado (s) no CREA e acompanhados da Certidão de Acervo Técnico (CAT) do responsável técnico.

Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos pela licitante para o seu próprio responsável técnico.

7.2 Composição do BDI:

7.2.1. A licitante deverá compor o BDI seguindo modelo da composição apresentada pela PMLS que está em conformidade com o Acórdão 2622/2013. A composição do BDI deverá ser parte integrante da proposta comercial apresentada.

7.1.2.1 O BDI calculado de 29,07% é meramente um balizador, sendo uma sugestão da Diretoria de Obras, devendo a empresa licitante respeitar os intervalos admissíveis no acórdão nº 2622/2013, conforme modelo anexo;

7.1.2.2 Nos percentuais referentes a tributos deverá ser considerado para efeito de cálculo o ISS do município ou correspondente na sua inserção no Simples Nacional;

7.1.2.3 O valor final do BDI apresentado deverá estar dentro do intervalo padrão admissível previsto no acórdão nº 2622/2013.

7.1.2.4 Na composição dos preços unitários da planilha orçamentária foram utilizados valores DESONERADOS que deverão ser seguidos **na proposta comercial e composição do BDI** pelos licitantes, **sob pena de desclassificação. A licitante deverá atender as recomendações do projeto básico, edital e seus anexos para formulação de proposta, de forma a existir igualdade de participação de todos os licitantes.**

8. Informações/Disposições Gerais

8.1. VISITA TÉCNICA (OPCIONAL)

A licitante deverá conhecer o local da obra, o que poderá ocorrer em data e horário *agendados* junto à Diretoria de Obras, pelos telefones 3688 1307, falar com Grace ou Paula, no período a ser determinado no edital pela CPL, para inteirar-se de todos os aspectos referentes à sua execução.

A Diretoria de Obras irá emitir Atestado de Visita Técnica.

8.1.1 – Caso a empresa decida por não realizar a visita técnica a mesma deverá apresentar **declaração de que está ciente de todas as condições para a realização do orçamento da obra** onde deverá conter que para todos os efeitos, considerar-se-á que a licitante tem pleno conhecimento da natureza e do escopo das obras, dos serviços e dos fornecimentos, das condições hidrológicas e climáticas que possam afetar sua execução e dos materiais necessários para que sejam utilizados durante a construção e dos acessos aos locais onde serão realizadas as obras e os serviços.

Não poderá a licitante alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações sobre o (s) local (is) e as condições pertinentes ao objeto do contrato.

8.2. Caso a licitante opte em realizar a visita técnica, a mesma deverá ser realizada prioritariamente por um profissional devidamente reconhecido pela entidade competente, no caso o CREA sendo o mesmo engenheiro, e credenciado pela licitante. Caso a licitante

opte pela indicação de um profissional sem a referida formação profissional assumirá o risco de eventuais divergências e inconsistências apresentadas na proposta.

8.3. A PROPOSTA COMERCIAL DEVERÁ SER APRESENTADA CONFORME MODELO DE PLANILHA APRESENTADA NO ANEXO I, DESTA PROJETO BÁSICO.

9. Medições e Pagamentos

As medições deverão ser executadas mensalmente, devendo a CONTRATADA apresentar as propostas de medição à FISCALIZAÇÃO até o dia 10 de cada mês, para aferição. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após o ateste de cada medição, de acordo com os preços unitários ganhadores do certame.

10. Recursos Orçamentários

As despesas decorrentes das obras e serviços do contrato a ser gerado através deste processo licitatório, correrão à conta da dotação orçamentária: 02.04.06.13.392.0028.1010 - Elemento: 4.4.90.51.00 - Ficha: 358 – Fonte 100. Para o exercício financeiro subsequente as despesas correrão a conta das dotações orçamentárias correspondentes.

O valor orçado para realização dos serviços será de R\$ 254.285,64 (duzentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) de recurso próprio da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa.

11. Prazos

Após o recebimento da ordem de início do serviço, a contratada deverá **iniciar os serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.**

O prazo total de execução das obras será de 05 (cinco) meses, a contar da data do recebimento da “ordem de início do serviço” expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, podendo tal prazo ser prorrogado a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, até que seja concluída a obra, em caso de atraso devidamente justificado, sem que caiba pagamento adicional à **CONTRATADA**. Após emissão do Termo Provisório de Entrega da Obra haverá possibilidade de procedimentos para eventuais correções a serem executadas pela empresa.

O prazo de vigência do contrato será de 07 (sete) meses a contar da data de assinatura do contrato, com a possibilidade de sua prorrogação.

Não será prorrogado o prazo de execução referente à administração da obra.

12. Fiscalização dos Serviços

Os serviços serão fiscalizados pelos fiscais que a Diretoria de Obras irá determinar para esta avaliação.

13. Considerações Finais

Este termo de referência tem como objetivo principal demonstrar os preceitos técnicos fundamentais para um bom andamento do certame bem como da execução do objeto, não restringindo à CPL na utilização de quaisquer outros documentos, certidões, procedimentos, etc., que entender convenientes.

Fazem parte deste Projeto básico os seguintes anexos:

- I – Memorial Descritivo dos Serviços;
- II – Planilha Orçamentária;
- III – Cronograma Físico Financeiro;
- IV – Composição de BDI;
- V – Projeto;

Em subsídio à execução dos serviços a serem orçados e contratados, a Coordenadoria de Projetos da PMLS disponibilizará cópia do projeto elaborado, em mídia eletrônica, em extensão DWG (versão Autodesk AutoCAD) caso o participante disponibilize a mídia para gravação, (CD ou Pen drive) ou em horário agendado, pelo telefone (31)3688 1307 com a Sra. Grace Lima na data da visita técnica (opcional), até a data do certame ou encaminhados via e-mail, mediante solicitação através do endereço eletrônico licitacao@lagoasanta.mg.gov.br.

Como bases dos preços de custo dos itens planilhados, foram utilizadas as planilhas de referência da SINAPI MG 12/2020 /SETOP CENTRAL 09/2020 / SUDECAP 10/2020.

Lagoa Santa, 07 de maio de 2021.

DIORGENES DE SOUZA BARBOSA
Diretor de Obras**ANEXO I**

LOGOMARCA DA EMPRESA		NOME ENDEREÇO DA EMPRESA CNPJ								
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS										
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOASANTA							FOLHA Nº: 01			
OBRA:							DATA:			
LOCAL:				FORMA DE EXECUÇÃO:						
REGIÃO/MÊS DE REFERÊNCIA: (DESONERADA).				() DIRETA		(x) INDIRETA		BDI		
PRAZO DE EXECUÇÃO:								XX		
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO S/ BDI (MÃO DE OBRA)	PREÇO UNITÁRIO S/ BDI (MATERIAIS)	PREÇO UNITÁRIO S/ BDI (EQUIP. E FERRAMENTAS)	PREÇO UNITÁRIO TOTAL S/ BDI	PREÇO UNITÁRIO C/ BDI	PREÇO TOTAL
IDENTIFICAÇÃO DA OBRA										
TOTAL GERAL DA OBRA										
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA EMPRESA										
LOCAL E DATA										